

Renan propõe mudanças no regimento

Os líderes de partidos que representarem em plenário bancadas com, no mínimo, 80 parlamentares, poderão exigir a votação nominal de matérias em qualquer momento das sessões do Congresso Nacional, segundo o projeto de resolução apresentado ontem à Mesa do Congresso pelo líder do Governo na Câmara, deputado Renan Calheiros.

A proposta altera o regimento interno dos trabalhos do Congresso e resolve um problema para o Governo, cujos líderes operam com as chamadas "maiorias móveis", ou seja, arregimentam votos de apoio em todas as bancadas. Mas esse trabalho esbarra sempre no dispositivo regimental que só permite a tomada individual de voto de deputados e senadores no intervalo de uma hora depois de cada pedido de verificação de votação.

"O voto simbólico dos líderes restringe o exercício pleno do mandato parlamentar", justificou Renan. Um exemplo disso, segundo ele, ocorreu na semana passada, durante a votação da Medida Provisória 184, que permitia alterações no desbloqueio de cruzados novos. Os líderes oposicionistas, Ibsen Pinheiro, do PMDB, e Euclides Scalco, do PSDB, pediram verificação de **quorum** para votar um assunto irrelevante (se votavam primeiro a medida provisória ou projeto de conversão do relator Marcelo Cordeiro) e o Governo, com maioria em plenário, ficou impedido de se manifestar. Na votação simbólica, os partidos de oposição tiveram 264 votos contra 204 dos governistas. Na votação real, que contou o voto de quem estava em plenário, verificou-se que os deputados governistas eram 228 e a oposição tinha 185 votos. (AE)